



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani
Yvyrupa - Conselho do Povo Terena - ATY GUASU - COIAB

POSICIONAMENTO DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA APIB

Na manhã da segunda-feira, 08 de julho de 2024, o movimento indígena nacional se reuniu em Assembleia Extraordinária convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil para deliberar sobre as estratégias de enfrentamento aos avanços contra os direitos indígenas, que, nesse momento, vêm dos três Poderes.

A urgência da convocação da APIB surge em um cenário preocupante para os povos indígenas brasileiros. O Supremo Tribunal Federal, a partir de decisões do Ministro Gilmar Mendes que não foram referendadas em plenário, determinou a instauração de uma Comissão Especial, cujo objetivo é a negociação de nossos direitos fundamentais, garantidos constitucionalmente e reforçados pela própria Corte no julgamento do RE 1.017.365, conhecido como “Caso Xokleng”. Nesta Comissão, os mais de 270 povos indígenas do Brasil terão assegurados apenas seis assentos e seremos obrigados a conciliar com setores que historicamente se opõem a nossos direitos e nos violentam em nossos territórios.

No Poder Legislativo, a tese do marco temporal foi ressuscitada na PEC 48, proposta pelo Senador Hiran, do Partido Progressista de Roraima. A proposta de emenda quer alterar o artigo 231, inserindo no texto constitucional que as terras indígenas só podem ser consideradas de ocupação tradicional caso seja possível comprovar que nelas havia presença indígena em 05 de outubro de 1988. A iniciativa é, obviamente, inconstitucional, à luz do decidido pelo STF em setembro de 2023, quando houve a declaração da inconstitucionalidade da tese do marco temporal no âmbito do julgamento do RE 1.017.365.

No pano de fundo desses avanços está a morosidade do Governo Federal em demarcar nossas terras e garantir nosso direito originário ao território e à vida. Somos representados pelo Ministério dos Povos Indígenas, mas é público e notório que há setores no governo que se opõem a nossas demandas e impedem que o Poder Executivo leve a cabo seu dever constitucional de demarcar e proteger terras indígenas. Em abril, estivemos com o Presidente Lula, que nos assegurou que seria implementado um grupo

de trabalho para acelerar as demarcações. Até o momento, não tivemos uma devolutiva concreta quanto a essa promessa e seguimos à espera de uma ação política enérgica a nosso favor.

Contudo, não permaneceremos à espera da iniciativa dos Poderes da República. Todos os nossos direitos foram conquistados com a luta e a coragem que nos movem e que nos permitem resistir nesta terra há 524 anos. Decidimos que iremos mais uma vez à luta por nossa vida e por nossos territórios.

O movimento indígena nacional, representado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, está mobilizado nos territórios, nas ruas e nas redes. E assim seguirá até que o projeto de morte encampado contra nós seja derrotado e possamos viver com dignidade e segurança em nossos territórios ancestrais.

NOSSO MARCO É ANCESTRAL, SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!